

caso Parasar

# fatos



Capitão Sérgio do  
**PÁRA-SAR**  
 O oficial que se recusou a matar

bloch

**MENGELE**

É ele mesmo



# Caso Pára-Sar: o homem que evitou o banho de sangue

Por denunciar um plano terrorista, o capitão Sérgio de Carvalho foi reformado e ameaçado de morte. Dezessete anos depois, ele pede revisão de um erro da Velha República. Nesta semana, o capitão recebe o título de Benemérito do Rio por ter impedido a morte de milhares de pessoas

**E**m junho de 1968, enquanto manifestações e passeatas cortavam o centro do Rio, grupos militares mais radicais engatilhavam uma sangrenta campanha de terror. Agora revelada com mais detalhes, a operação, se deflagrada, teria provocado milhares de mortes. Curto e grosso, como as suas intenções, o plano ia direto ao assunto. Na hora do *rush*, previa a explosão do gasômetro de São Cristóvão. Depois desse pontapé inicial, uma série de bombas levaria o pânico a vários pontos da cidade. Só aí viria o toque de mestre dos terroristas: a destruição da represa de Ribeirão das Lajes, que deixaria a cidade completamente às escuras. Com o Rio mergulhado no caos, começaria a fase final do diabólico plano: 40 personalidades políticas e militares seriam sumariamente executadas, em grupos de cinco. Encabeçando a lista, figuravam os nomes de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, general Mourão Filho, os líderes estudiantis Wladimir Palmeira e Franklin Martins, além de Jânio Quadros, que seria caçado em São Paulo, e D. Helder Câmara, alcançado em Olinda. Vários militares — que os autores do plano rotulavam como “de esquerda” — seriam embarcados em um avião e lançados ao mar a 40 milhas da costa. Tudo isso aconteceria num curto espaço de tempo. Semanas antes dos atentados, os autores do plano deixariam *vazar* através de informações que levariam — segundo eles — a opinião pública a responsabilizar os comunistas pela onda de mortes e explosões. A operação seria executada pelo Pára-Sar, um grupo de elite formado por militares supertreinados em ações de busca e salvamento. Mas o plano, apesar de minucioso, falhou.

Falhou porque foi denunciado a tempo por um dos criadores, e na época comandante, do próprio Pára-Sar, o jovem capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, conhecido como *Sérgio Macaco*, um carioca de Vila Isabel, hoje com 54 anos de idade. Por causa da denúncia, o capitão Sérgio foi preso, respondeu a *IPM* em

agosto de 68, sofreu ameaças de morte, foi sumariamente reformado e teve os seus direitos cassados. Até hoje, amarga a solução que foi dada para o seu caso.

Na Nova República, o capitão Sérgio — que não aceitou ser anistiado — quer a sua reintegração na FAB. O que ele reivindica não é uma anistia e sim a correção de um erro de direito, com ressarcimento de pretensão.

Dezessete anos depois, ele conta como o Rio de Janeiro escapou do banho de sangue e acusa o brigadeiro João Burnier, hoje na reserva e na época chefe de gabinete do então ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello, como mandante de tudo.

O chamado Caso Pára-Sar começa logo após a morte, ocorrida no dia 28 de março de 68, do estudante Edson Luís de Lima Souto, 18 anos, atingido por um tiro certeiro dado por um PM no restaurante universitário do Calabouço. O enterro do estudante foi um acontecimento que parou a cidade. Mais de 60 mil pessoas acompanharam o cortejo desde a Cinelândia até o Cemitério de São João Batista. Quando a multidão chegou à Praia do Flamengo, um carro da Aeronáutica foi virado e incendiado. O capitão Sabag, comandante da viatura militar, telefonou para o gabinete do ministro relatando a ocorrência. Do outro lado da linha — foi apurado depois — estava o brigadeiro Burnier. Segundo o relato de um militar, ao ser informado do fato, Burnier teria ligado para a Base Aérea de Santa Cruz e determinado que “o que puder decolar deve levar uma bomba de napalm para atirar contra a multidão”. A ação só não se concretizou porque o brigadeiro Newton Rubens Shall Serpa, sabedor da ordem, teria determinado que nenhuma aeronave decolasse de qualquer aeroporto do Rio — até mesmo os comerciais — enquanto não acabasse o enterro do estudante.

Após a morte de Edson Luís, as passeatas estudiantis foram intensificadas. Nessa ocasião, o comandante do Pára-Sar, o capitão Sérgio, estava de férias,

fora do Rio, assim como dois outros oficiais, considerados líderes do grupo: o capitão médico-cirurgião Rubens Marques dos Santos, o Doc, em Manaus, e o então capitão Roberto Câmara Lima Ipiranga dos Guarany's, que se encontrava fazendo estágio em São Paulo.

Represa do Ribeirão das Lajes



A operação previa a explosão do gasômetro, a des

No dia 4 de abril, missa de 7.º dia de Edson Luís, os militares do Pára-Sar foram convocados para uma operação conjunta com o Exército e a polícia na repressão ao movimento estudantil. O comando geral da operação ficou a cargo do comandante da Divisão Blindada do I Exército, general Ramiro



Eles iriam atuar em três pontos estratégicos da cidade: Cinelândia, Largo da Carioca e Candelária, onde se realizaria a missa. Estavam todos à *paisana*, com identidades falsas e fortemente armados. Receberam ordens expressas para atirar e matar sumariamente não apenas os líderes da passeata, como também em pessoas que, do alto dos edifícios, atirassem objetos na polícia.

— Eu estava de férias — conta o capitão Sérgio. — Quando cheguei ao Rio encontrei no bolso do meu uniforme, no armário do nosso alojamento, um bilhete do major Lessa, que dizia o seguinte:

Ilustração de Paulo Melo

Gasômetro de São Cristóvão



Velório do estudante Edson Luis, na Cinelândia

**truição da represa de Lajes. Se desse certo, mataria milhares de pessoas. O capitão Sérgio não cumpriu a ordem**

Tavares Gonçalves. O Pára-Sar foi representado por 15 homens (3 oficiais e 12 graduados), divididos em três grupos comandados pelo major Gil Lessa de Carvalho (comandante-interino do Pára-Sar, durante as férias do capitão Sérgio), capitão Loris Areas Cordovil e 1.º-tenente João Batista Magalhães.

“Sérgio: os homens estão malucos. Querem nos transformar em meganhas assassinos. Entrei de férias. Estou na Ilha do Governador e depois devo passar para a reserva. Boa sorte. Lessa.” Depois de ler o bilhete, fui conversar com alguns companheiros e então tomei conhecimento do que ha-

via acontecido na minha ausência. Eles pegaram alguns companheiros nossos, colocaram em kombis pretas com chapas frias e os levaram para um quartel do Exército. Depois, mandaram que fossem à *paisana* e com identidade falsa para o Campo de Santana, com armamentos e granadas defensivas. No Campo de Santana, foram apresentados a um suposto general *Ramagem* (existe, de fato, um general Ramagem, mas não era aquele que dava ordens do Campo de Santana). Foram dadas várias instruções aos grupos: eles de-

veriam eliminar as pessoas da forma mais sumária possível. Depois, abandonar os corpos e usar granadas defensivas para fugir da multidão, em caso de reação. A ordem era matar. A informação que tenho é que meus subordinados *embromaram* e não aconteceu nenhuma morte na passeata.

Ao tomar conhecimento dessa operação, o capitão Sérgio se apresentou ao brigadeiro Geraldo Labarte Labre, comandante da Escola dos Afonsos, que sediava o Pára-Sar.

— Eu era subordinado a ele. Disse ao brigadeiro: “Não concordo com o tipo de emprego que foi dado ao Pára-Sar na minha ausência. Como militar, se me for dada a missão de estabelecer a ordem pública, eu irei cumpri-la fardado, com meu nome verdadeiro e com dignidade, sem necessidade de me esconder como um mafioso.”

Depois de conversar com o comandante dos Afonsos, o capitão Sérgio foi à subdiretoria de Proteção ao Vão (que englobava o Serviço de Salva-

mento), dirigido pelo brigadeiro Mário Paglioli de Lucena, dando-lhe conhecimento do que ocorrera durante suas férias. Lucena, por sua vez, comunicou-se com o coronel Pedro Vercílio, chefe do Estado-Maior da 3.ª Zona Aérea, pedindo informa-

ções de como tinha sido empregado o Pára-Sar sem o conhecimento da Diretoria de Rotas. Pedro Vercílio informou-me então que aquilo jamais iria se repetir.

— Ele disse que tinha consentido mas lamentava o emprego que fora dado ao Pára-Sar. E disse mais: que havia atendido a um pedido do major Nereu Peixoto, homem da 2.ª Seção de Informações da 3.ª Zona Aérea.

Ao chegar ao Brasil, depois de servir na Junta Interamericana de Defesa, no Canal do Panamá, o brigadeiro João Paulo Burnier assumiu interinamente o cargo de chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica. Logo depois, Burnier soube da posição do capitão Sérgio. Por isso o convocou três vezes a seu gabinete para “sessões de doutrinação”, para colocá-lo “a par de seus projetos”.

— Durante essas sessões, o brigadeiro enfatizava sempre que tudo aquilo que estava falando, se fosse revelado, seria por ele negado categoricamente.



Juscelino e Lacerda: na mira das bombas

Disse que me desmentiria e que já fazia muito em me receber sendo ele um oficial general e eu um oficial em nível de execução. Segundo Burnier, o Pára-Sar seria a peça-chave para salvar o Brasil do comunismo. A missão era nossa devido ao vastíssimo poder de fogo — toneladas de explosivos plásticos — e extraordinário grau de capacidade operacional do Pára-Sar. Ele

propôs que os homens do Pára-Sar fizessem o papel de espoleta de um processo histórico. Inicialmente realizaríamos pequenos atentados à Sear's, à embaixada norte-americana, ao Citibank, com pequenas cargas de explosivos e — segundo Burnier — com “reduzido número de vítimas fatais”. A operação teria um teor de escalada. Cada ato seguinte seria mais forte, mais violento do que o anterior. O clímax desses atentados seriam as explosões do gasômetro e da represa do Ribeirão das Lajes. Ele disse que os comunistas já estavam cadastrados e, em geral, eram pessoas que exerciam profissões liberais. Também estavam marcados para morrer todos aqueles que contestavam os rumos da Revolução. No entender de Burnier, nós, do Pára-Sar, deveríamos nos sentir honrados e bater no peito proclamando que éramos mesmo uma ditadura que deveria durar 30, 40 anos como em Portugal e na Espanha. Ele achava que para matar na guerra era preciso possuir treinamento de matar

## Na Justiça, ele sempre ganhou

**D**epois da última reunião com o brigadeiro Burnier, em 1968, começaram as investigações, os inquéritos, o IPM. O relato é do próprio capitão Sérgio:

— Itamar elaborou um relatório e encaminhou ao brigadeiro Eduardo Gomes que leu cuidadosamente e disse: “Itamar, nós nunca devemos fechar as portas de saída a um homem honesto.” É que Eduardo Gomes confiava no Ministro Márcio. E achou que Itamar deveria enviar o relatório de forma lacônica, sem conclusões. Ele remeteu apenas os depoimentos ao ministro. Cinquenta dias depois, fomos presos e espalhados. Eu fui preso e mandado para o Hospital Militar de Recife. Houve então dois inquéritos: um feito no SNI pelo coronel da Aeronáutica Cunha Nobrega e um outro do Ministério da Justiça, feito pelo brigadeiro Guimarães de Mattos. Em ambos os inquéri-

tos, ficou provado que a verdade do Caso Pára-Sar estava comigo, o que levou o brigadeiro Délio a brincar com minha mulher: “Sônia, o *Macaco* voltará carregado em andor desde que o Presidente Costa e Silva possa trocar de ministro sem ser na crista de uma crise política.” Aconteceu que o Costa e Silva teve um derrame cerebral e a Junta Militar me reformou em setembro de 68. Foi o que levou o brigadeiro Eduardo Gomes a recriminar o Ministro Márcio com palavras duras à porta do ministério. O Ministro Márcio designou o brigadeiro Roberto Hipólito da Costa, o mesmo que participou comigo de uma das reuniões com o brigadeiro Burnier, a fazer um IPM para me incriminar.

Fui interrogado em Recife durante nove horas. O brigadeiro Hipólito concluiu o IPM sem que houvesse me indiciado. E em carta ao Ministro Márcio lamentou ter sido “envolvido em tal episódio”. Mas o Ministro Márcio não se contentou e remeteu os autos à Auditoria Militar da Aeronáutica, dizendo: “Contrariando o parecer do brigadei-

ro Roberto Hipólito da Costa por mim designado para o IPM em questão e baseado no parecer de minha assessoria jurídica, resolvo enquadrar o capitão Sérgio Ribeiro de Carvalho no crime de falsa ideologia.”

Iniciou-se então o sumário de culpa em 1970, que durou um ano.

— Todas as sessões na Auditoria da Aeronáutica eram assistidas não apenas pelo brigadeiro Eduardo Gomes mas também pelo marechal Caetano de Farias e pelo almirante Silvio Heck, cada um representando a sua Força, além de oficiais das três Armas. O primeiro advogado, Pinto da Luz, abandonou o caso por “querer viver mais”. Assumiu a causa o advogado Raimundo Orlando Guilhon.

Fui absolvido na Auditoria da Aeronáutica, mas o promotor Manes Leitão recorreu ao Superior Tribunal Militar. No STM ganhei por unanimidade.

Em 1982 entrei com um mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos. Três anos são passados e nenhuma solução. ○

na paz e que nós do Pára-Sar nos acostumariamos a sentir o gosto de sangue na boca, não iríamos *tremar a mão* (referência aos militares que tentaram seqüestrar Carlos Lacerda no Hospital Miguel Couto mas fracassaram) para atingir os objetivos, que eram os comunistas, os inimigos da Pátria. Nós do Pára-Sar, segundo ainda Burnier, não deveríamos sentir vergonha de executar os maus brasileiros. Numa dessas reuniões, que por sinal foi assistida pelo brigadeiro Hipólito Lucena (já falecido), Burnier revelou um plano suplementar. Pegaria alguns militares considerados de esquerda, colocaria todos eles dentro de um avião — um MC-47 —, que seria pilotado pessoalmente por ele e pelo brigadeiro Hipólito da Costa, e “os comunistas da Aeronáutica seriam lançados ao mar”. Burnier disse: “Vamos pegar os comunistas da FAB, o Teixeira, o Anísio, o Malta, e jogar no mar.” Ele chegou a me perguntar se a pessoa atirada de um avião morria durante a queda ou só quando o corpo batesse contra a água. As sessões de doutrinação eram assim.

— **E o que o senhor respondia?**

— Ponderei naquela ocasião que o chefe do governo era um marechal do Exército, o marechal Costa e Silva. Mas Burnier de pronto me corrigiu: “Costa e Silva, não. Bosta e Silva.” Segundo o brigadeiro, o presidente era um homem fraco no trato com os comunistas. Disse que já estava tudo planejado. Os comunistas não teriam fronteiras de apoio e os americanos dominariam o Atlântico Sul. De acordo com Burnier, mesmo que os comunistas reagissem desesperadamente, a luta teria duração de no máximo seis meses. Em compensação, “nós ficaríamos eternamente livres dos comunistas”. Respondi ao brigadeiro Burnier dizendo que a condução para um estado de *guerra quente* não me parecia ato de sabedoria, um ato patriótico, de interesse nacional. Em 64, logo após a Revolução, num coquetel na Base Aérea de Santa Cruz, sob o



Julio Alcântara

**Bevilacqua: pedra no sapato dos duros**

## “O Burnier era louco”

**A**ntes da publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, a *linha-dura*, pequena parcela das Forças Armadas, lutava com os oficiais mais liberais para impor suas decisões. O general Pery Bevilacqua, ministro do Supremo Tribunal Militar, era uma das pedras no sapato dos mais radicais, por seu apego in-

transigente às normas legais. Quando ocorreu o caso Pára-Sar, o general Bevilacqua foi um dos que se levantaram em defesa do capitão Sérgio. O Ato Institucional número 5 foi então aplicado pelos seus inimigos para calá-lo, em janeiro de 1969. A medida arbitrária não o impediu de continuar denunciando os desmandos do regime.

O general Pery Bevilacqua (86 anos) recebeu os repórteres em sua casa do Leme, no Rio, em meio de livros e recortes de jornais que registram a sua posição democrática. Ele revelou que seu nome estava em 11.º lugar na lista de quarenta pessoas que seriam eliminadas: — O Burnier é um anormal. Só alguém fora de si poderia ordenar coisas como aquelas, de destruir o gasômetro, o Ribeirão das Lajes e jogar napalm em milhares de pessoas. O capitão Sérgio prestou um grande serviço à nação quando deixou de cumprir suas ordens.

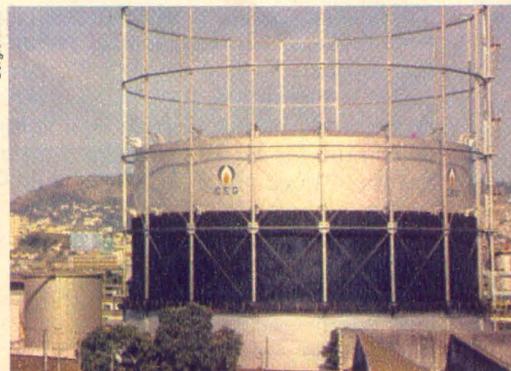
O general relembra, com ironia, que injustiças nunca foram o seu forte. O mesmo não pode dizer dos responsáveis pelos atos de arbítrio. Sua consciência está tranqüila. Aos 86 anos, não se arrepende do que fez. Dos outros, não tem muita certeza. ○

comando dele, Burnier, e durante uma operação conjunta Brasil-Estados Unidos — “Operação Carcará” —, um sargento americano tomou alguns úfques e num português correto declarou que na Revolução de 64 não houve sequer um tiro e que, se tivesse ocorrido luta, os americanos estavam na Zona do Canal do Panamá, em *stand-by*, com unidades aéreas prontas e com instruções para ocupar as vias de acesso da chamada Amazônia Legal. A informação causou terrível mal-estar e espanto nos militares brasileiros que participavam do coquetel. Mas Burnier veio em socorro ao americano:

“Não havia motivo para espanto porque já estava tudo previsto.” Disse que o desbravamento da Amazônia era para quem tinha dinheiro e que também estava previsto que os americanos, logo após tomarem a Amazônia, iriam oferecer ao governo brasileiro um superplano Marshall que permitiria transformar o restante do país e desenvolvê-lo com um padrão europeu. Eu ponderei que na conquista da Amazônia já tínhamos perdido mais de 300 companheiros e que homens como Plácido de Castro e milhares de outros brasileiros tinham lá perecido para tornar realidade a conquista dos nossos espaços. Ao que ele respondeu: “Que Plácido é esse? Aquele que jogou no Bangu?”

No final de cada reunião de “doutrinação” — foram três —, o capitão Sérgio informava tudo ao brigadeiro Lucena.

— O brigadeiro Lucena ficava aturdido com tanta insanidade e ousadia. Dizia que, quando chegasse a hora, o brigadeiro Itamar Rocha seria informado. Na penúltima reunião, depois do



Sérgio Zalis



Nilton Rebello

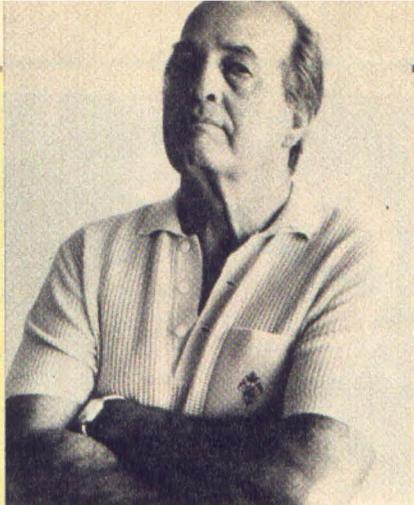
**Gasômetro: morte e destruição. Lajes: represa dinamitada, pânico geral**

## Nóbrega: o homem do SNI

**N**a época do Caso Pára-Sar, o representante do Ministério da Aeronáutica junto ao SNI era o coronel Aloisio da Cunha Nóbrega, hoje na Reserva.

— O capitão Sérgio sofreu o diabo por causa da atitude que tomou. Até hoje considero inexplicável o comportamento dos ministros militares que tinham tudo na mão, que faziam parte de um governo que podia tudo e que se diziam tão ligados, tão seguidores do brigadeiro Eduardo Gomes. Eles não fizeram nada, absolutamente nada para a volta do capitão Sérgio à Aeronáutica. Uma coisa realmente inexplicável. Acho que esse assunto deveria ter sido resolvido na fase dos governos militares. Na ocasião, tive oportunidade de ouvir pessoas ligadas ao Pára-Sar e me apoiem no próprio brigadeiro Eduardo Gomes que tinha fontes de informações perfeitas. Quando Eduardo Gomes assumiu a defesa do capitão Sérgio

Sérgio Zalis



“Pára-Sar era um problema dos militares”

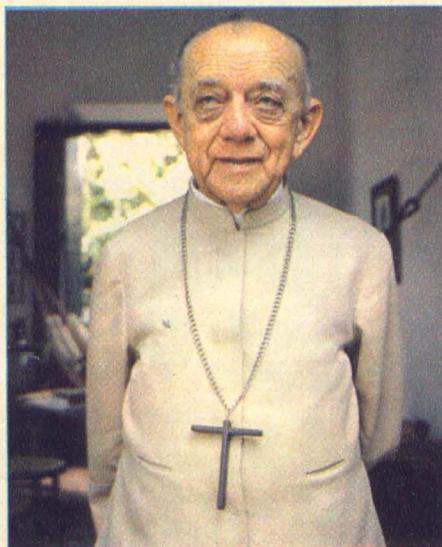
estava reeditando a postura do homem dos 18 do Forte. Era um homem aberto à correção de injustiças. Na época, fiz um relatório verbal ao chefe da Agência Central do SNI, o coronel Omar Diogenes de Carvalho (já falecido), por causa da urgência que tínhamos em transmitir o assunto ao governo. As informações foram repassadas ao chefe do SNI, na época o general Médici, que por sua vez fez um relato ao presidente Costa e Silva. ○

assunto estar fartamente esgotado e eu ter fincado o pé, dizendo que não concordava, Burnier me veio com essa: “O senhor responde pelo senhor?” Ao que eu respondi que era claro. Então, ele, num gesto violento, ordenou: “Eu quero, depois de amanhã, aqui no meu gabinete, todo o Pára-Sar.” Perguntei: “Cabos, sargentos, soldados também?” E ele: “Sim, soldados, cabos e sargentos. Se vocês tiverem cachorros também podem trazer. Eu quero todo o Pára-Sar aqui no meu gabinete.” Antes dessa reunião, marcada para o dia 14 de junho, eu, o Doc e o Guaranyns fomos ao brigadeiro Lucena para que ele agisse. Afinal, todos do Pára-Sar estavam convocados. Além dessa providência, contei tudo ao meu irmão mais velho, o oficial de Marinha Hélio Ribeiro Berford, que servia no gabinete do ministro. Por sua vez, ele comunicou ao Cenimar de que haveria uma reunião na Força Aérea, cujo teor estava causando espanto geral.

No dia 14 de junho de 68 foi realizada a última reunião, no gabinete do brigadeiro Burnier. Dela participaram 36 dos 41 homens do Pára-Sar, uma vez que cinco deles estavam viajando.

— Burnier — conta o capitão Sérgio — em meio à conversa citou o caso de Lacerda para todo mundo ouvir. Ele disse textualmente: “Carlos Lacerda, esse canalha que todos julgam ser meu amigo, já deveria estar morto se os

companheiros do Exército (caso do coronel Boaventura) tivessem treinamento, visto que os companheiros do Exército se perderam em discussões inócuas com relação ao cumprimento de uma ordem.” Burnier deixou claro que queria transformar o Pára-Sar num esquadrão da morte para eliminação de políticos. Deixou claro também que todas as suas ordens seriam sempre verbais e deveriam ser cumpridas na íntegra, sem posteriores comentários. Ele sabia que no início seria



D. Hélder seria outra vítima

difícil para nós a execução das tarefas, mas depois “a coisa se tornaria rotina”. Nós não deveríamos — segundo ele — sentir vergonha de executar os maus brasileiros. E durante essa reunião olhava sempre para o Japonês — um cabo de descendência oriental que concordava com tudo o que ele dizia. Quando acabou de falar, teve o cuidado de se dirigir a quatro militares que ele sabia estarem de acordo com seus planos — o major Gil Lessa de Carvalho, o capitão Guaranyns, o capitão Lores Areas Cordovil e o tenente João Batista Magalhães. Perguntou: “Concorda?” E, um por um, eles responderam: “Sim.” O quinto homem a ser perguntado fui eu. Ele encostou em mim e berrou: “E o senhor? Concorda ou não concorda?” No mesmo tom de voz eu gritei: “Não. Não concordo. Enquanto eu estiver vivo isso não acontecerá nesse país.” Burnier voltou a berrar: “Cale-se. Não se estenda em considerações.” Eu retruquei: “Não me calo. Darei conhecimento de tais fatos ao ministro.” Burnier, que estava vermelho de raiva, ficou branco, deume as costas e não perguntou mais nada a ninguém. Saiu do gabinete.

Após a reunião, o capitão Sérgio determinou que os homens do Pára-Sar não esperassem o elevador. Estavam no 11.º andar do Ministério da Aeronáutica. Que todos usassem a escada.

— Entrei na sala do tenente-coronel Barata Neto, que era secretário do ministro da Aeronáutica. Coloquei-o a par de tudo e disse que queria falar com o ministro. Barata então respondeu: “Quer matar o velho? Deixa que eu amacio as coisas.” Nesse momento entrou na sala o Guaranyns, que me abraçou e, chorando, disse: “Me perdoe, Caquinho — referindo-se ao meu apelido —, eu não tive a tua coragem.” Respondi: “Não temos mais nada a conversar. Já cumpreste o teu papel.” À noite, em casa, recebi um telefonema do Barata. Disse que o Burnier mandava que eu continuasse no Pára-Sar, pois “ele admirou a tua coragem em enfrentá-lo, pois se quisesse te esmagaria como quem mata um piolho. Você deve voltar e permanecer de boca fechada. Se ficar aberta, vai entrar mosca...” “E o ministro?” perguntei. A resposta foi: “O ministro está voando para a Europa e só volta dentro de dez dias.” Então eu disse a Barata: “Você me trai!” — e desliguei o telefone.

Em Campo Grande, Mato Grosso, o tenente-coronel da reserva da FAB, Rubens Marques dos Santos, conhecido como Doc e um dos fundadores do Pára-Sar, fala sobre o caso.

— Eu soube daquela reunião que o Burnier convocou. Na ocasião ele citou, além de Juscelino, o Carlos La-

cerda, dizendo textualmente: “Este canalha já deveria ter sido executado em 64.” Tudo seria feito sem deixar pistas, para que os comunistas fossem responsabilizados.

Doc conta ainda que insistiu em sua transferência para o Hospital Central da Aeronáutica. Ao procurar o então diretor do hospital, brigadeiro Guimarães, “fiquei abismado com o que ele me disse. Simplesmente disse que apoiava as ordens de Burnier. Acrescentou que os comunistas deveriam ser varridos das ruas com metralhadoras. Não tenho medo de contar a verdade, já que a minha verdade é a verdade de quarenta homens que integravam o Pára-Sar.

“O marechal Márcio de Souza e Melo não fala à imprensa sobre o Caso Pára-Sar” — esta foi a informação dada pela filha do ex-ministro da Aeronáutica, D. Marina, no portão da mansão do militar, numa das ruas mais tranqüilas da Ilha do Governador. Insistindo, o repórter recebeu a promessa de que, com a sua intervenção, “talvez o seu pai recebesse a imprensa alguns dias após”. Era só ligar para con-



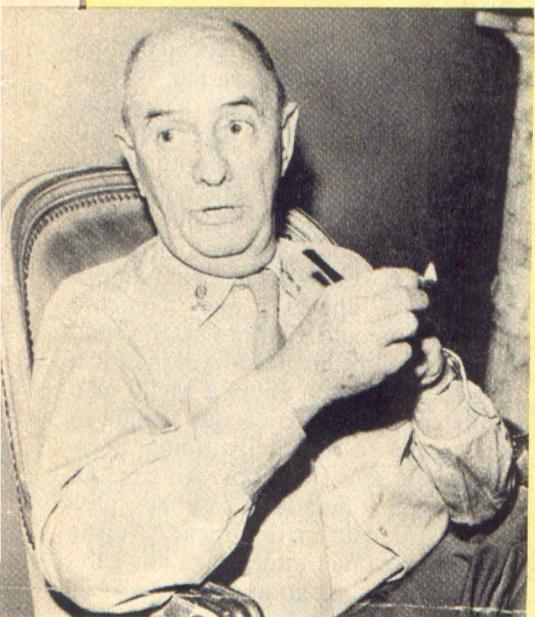
**Brigadeiro João Paulo Burnier**

firmar. Na data estipulada, foi dado um telefonema para a casa do marechal. Seguiu-se este diálogo: — Queria falar com D. Marina. Voz de mulher (muito parecida com a da própria): — *Aqui não mora nenhuma Marina!* — Mas aí não é o telefone 393..., casa do marechal Márcio? Voz: — *Não. Aqui não tem ninguém com esse nome, não!*

— Essa rua não é a Monseñor Magaldi? Voz: — *Não. Aqui é a Rua da Ilusão!* E desligou. O repórter foi conferir o telefone. O número estava certo.

*Apenas um militar aposentado.* Esta, pelo menos, é a impressão da maioria dos vizinhos do brigadeiro João Paulo Burnier, na rua Pontes Correia, Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Poucos já ouviram falar do Caso Pára-Sar e quase ninguém o associava a esse homem sério e de poucas palavras.

Na semana passada, o ex-deputado Márcio Moreira Alves assim comentou o incrível episódio. “O genocídio que ocorreu na Argentina nada mais é do que um Caso Pára-Sar que não foi paralisado. Em 68, aconteceria aqui no Brasil a mesma coisa que aconteceu anos depois na Argentina, não fosse o capitão Sérgio, que denunciou tudo a tempo.”



## **Mourão Filho: marcado para morrer**

O general Mourão Filho, ministro do Superior Tribunal Militar e um dos líderes da Revolução de 64, foi avisado

pelo próprio capitão Sérgio de que iria morrer nas mãos dos homens do Pára-Sar.

— Foi num encontro casual, na Avenida Atlântica. Eu vi o general na calçada e parei meu carro. Disse que ele estava ameaçado de morte. Conte-lhe toda a história. O general então mostrou uma pistola 45, atravessou a rua, entrou no estúdio da TV Rio e, interrompendo um programa, disse diante das câmeras: “*Eu sei o que estão tramando contra mim. Ando armado e atiro bem. Só me carregarão morto.*”

Segundo o capitão Sérgio, “para argumentar que o general Mourão Filho deveria morrer, o brigadeiro Burnier mostrou-lhe uma página da revista *Fatos e Fotos*, onde o general aparecia de uniforme de campanha na Avenida Vieira Souto, defronte ao prédio onde então morava JK.

— O Burnier me disse ao mostrar a revista: os dois são da mesma origem, da mesma cidade. Um é o sustentáculo militar para o retorno do outro.

Quanto a D. Hélder, outro que seria assassinado pelos homens do Pára-Sar, ele foi avisado, através de uma carta escrita pelo brigadeiro Eduardo Gomes e entregue em mãos pela viúva do marechal Carpenter. JK foi avisado pelo brigadeiro Adamastor Cantalice e pelo então Deputado Mário Covas (também marcado para morrer).

Carlos Lacerda foi também avisado por pessoa de sua confiança.

— O brigadeiro Burnier — conta o capitão Sérgio — me disse durante uma das reuniões: “*Vocês do Pára-Sar são os Anjos do Espaço. Vocês agindo não causarão a menor suspeita. É que nem médico em hospital matando. Um crime perfeito. Jamais alguém vai desconfiar de vocês.*”

Um detalhe: Burnier achava que a destruição do gasômetro teria conseqüências tão graves que provocaria o pânico em toda a cidade. Os tanques ficam próximos à zona portuária e com a explosão poderiam gerar incêndios em série. ○



Julio Alcântara

Hildegard sofreu o drama do irmão

## O caso Stuart cria um caso

O brigadeiro João Paulo Burnier foi mandado para a reserva em 1972 devido à repercussão de um caso de tortura. O jovem Stuart Edgard Angel Jones, filho de um cidadão norte-americano e da costureira Zuzu Angel, morreu em consequência dos excessos praticados pelos homens do brigadeiro Burnier na Base Aérea do Galeão. O relato de sua morte foi feito por várias pessoas. Uma delas, em depoimento autenticado através de carta enviada à família de Stuart, conta que ele morreu depois de uma série de choques, espancamentos e torturas no pau-de-arara, que culminaram nos tais excessos: já com a pele esfolada pelos maus-tratos, Stuart era arrastado de um lado para outro do paraíso (assim era chamado o Centro de Informações da Aeronáutica, o Cisa, na Base Aérea do Galeão), amarrado a um automóvel e de quando em quando era obrigado a respirar as descargas tóxicas expelidas pelo cano de descarga. Segundo o relato desse seu companheiro de tortura, Stuart foi trancado numa cela próxima à sua. Dele se escutavam tosses e gemidos: “vou morrer”, “água”, “estou ficando louco”. Na madrugada de 14 para 15 de maio de 1971, a testemunha escutou dos torturadores que Stuart tinha se transformado em “mais comida de peixe na Restinga”, “virara presunto”. Segundo as informações dessa fonte, o brigadeiro Burnier, que chefiava o grupo torturador, havia participado de sessões de interrogatório e tortura.

O caso não foi muito divulgado no Brasil mas teve grande repercussão no exterior, já que Stuart era filho de cidadão norte-americano. A representação dos Estados Unidos no Brasil fez um protesto formal junto ao governo. O Presidente Médici não teve outra saída e agiu contra os extremistas da direita dentro da Aeronáutica, cujo chefe era o brigadeiro Burnier. O caso Stuart aconteceu em 1971, três anos

depois do caso Pára-Sar. Este, por não envolver nenhum estrangeiro, pôde ser abafado à época com a cassação dos que se negaram a participar dos atentados e torturas. Durante três anos, o grupo *linha-dura* da Aeronáutica agiu livremente.

A reportagem entrevistou a irmã de Stuart, a jornalista Hildegard Angel. A repressão lhe tirou praticamente a família inteira. Sua mãe, Zuzu Angel, que investigava por conta própria o desaparecimento do filho, teve morte violenta e ainda hoje inexplicada. Seu carro levou uma fechada e caiu de uma ponte. Zuzu era uma pessoa que importunava o regime, denunciando abertamente as circunstâncias da morte do filho. “Os militares deveriam se empenhar em esclarecer esses assuntos, para não misturar os poucos que torturaram com toda a classe militar. Se esses assuntos viessem à tona e fossem esclarecidos individualmente, a população não generalizaria, colocando os militares numa definição só.”



Julio Alcântara

Klein foi punido e sempre preterido

## Pedro esperou quatorze anos

Os sargentos do Pára-Sar que continuaram na Aeronáutica passaram por duras provas. A maioria logo foi transferida para outra unidade. As promoções escassearam. Pedro Klein, hoje com 50 anos, deixou a ativa em 1982 como suboficial. Apenas uma promoção em 14 anos. Foi um dos que testemunharam em favor do capitão Sérgio. No dia da reunião com o brigadeiro Burnier, Klein estava cumprindo missão em Porto Alegre. Quando voltou ao Rio foi chamado ao gabinete do major Lessa para ser informado que a partir daquela data o Pára-Sar realizaria missões especiais, inclusive matar: “Não poderíamos tremer a mão, como aconteceu com os pára-quedistas designados para matar o Carlos Lacerda, que se perderam em detalhes. O major disse que quem não estivesse satisfeito poderia pegar o boné.” Lessa avisou que o chamaria quando fosse hora de entrar em ação. Klein afirma que não participou de nenhuma das

missões de repressão do Pára-Sar contra os estudantes. Nessas missões “alguns se entusiasmaram e fizeram também papel de torturadores” — diz Klein.

Quando o Caso Pára-Sar veio à tona, depois do inquérito do brigadeiro Itamar Rocha, começaram as pressões para que todas as testemunhas mudassem seus depoimentos: “Numa dessas *sindicâncias*, feita pelo coronel-aviador Collins Garcia, a tensão chegou a um ponto máximo. Ele nos dava papel e lápis e pedia que só escrevêssemos a verdade. De posse dos relatos, ele os rasgava e dizia que não queria aquilo, mas a verdade. A verdade deles. Só que o grupo do Burnier não contava com a nossa obstinação. Por esse motivo, a maioria dos colegas se afastava de nós. O próprio Klein, ao ser transferido, foi convocado pelo capitão Guarany: “O senhor não tem nenhum processo de investigação sumária (punição), mas será transferido do Pára-Sar assim mesmo.” Era a perseguição pura e simples, sem disfarces. ○

## Brigadeiro vai parar na reserva

O brigadeiro Itamar Rocha era, na época do Caso Pára-Sar, diretor de Rotas Aéreas, e a ele a unidade estava subordinada operacionalmente. Apesar disso, somente em junho soube das ordens dadas pelo brigadeiro Burnier. Certo de que estava apenas cumprindo o dever, o brigadeiro Itamar partiu para fazer um inquérito a fim de apurar o que realmente havia acontecido. Sempre acreditando que o então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio Souza e Mello, não tinha conhecimento do que faziam às suas costas, o brigadeiro Itamar prosseguiu em seus trabalhos. Ao concluir o inquérito e mandar o resultado para o ministro, caiu em desgraça. A versão que apurara não interessava aos gabinetes oficiais. Logo após, passadas 24 horas, foi exonerado do posto. Ao che-



Itamar Rocha até hoje se revolta



Tardivo: da solitária ao sucesso

## Sargento virou bom empresário

Depois do capitão Sérgio, o maior prejudicado com o Caso Pára-Sar foi o jovem sargento Gilson Tardivo Gonçalves, na época com 24 anos. Mesmo preso durante 25 dias em solitária, continuou confirmando o diabólico plano que seus superiores queriam colocar em prática. Cassado pelo AI-5, o hoje economista Tardivo se orgulha por não ter fraquejado na hora em que muitos dos seus companheiros se acovardaram. No escritório, exibe o diploma do Ato Institucional número 5: “Para mim a cassação não foi ruim. No começo, amarguei o desemprego. Ninguém queria me aceitar, não podia fazer concursos. Depois, entrei para uma firma multinacional, fiz carreira. Agora tenho a minha própria firma. Para mim, o maior prejudicado foi o Sérgio, que amava demais o Pára-Sar e hoje seria brigadeiro. Eu não. No máximo teria chegado a tenente, quem sabe capitão.”

A escolha do Pára-Sar para a realização da série de atentados e assassinatos foi devido à sua excelente formação: “Nosso grupo era especializado em tiro, pára-quedas, explosivos, e o brigadeiro Burnier viu nisso um bom motivo para nos lançar na repressão. Só que ele não contava com a reação do nosso grupo. Todos nós seguíamos um lema do marechal Rondon: ‘Morrer, se preciso for. Matar, nunca.’ Estávamos acostumados àquelas missões no meio das selvas, salvando gente. Matar somente na guerra.”

Tardivo foi cassado para que seus companheiros de Pára-Sar ficassem amedrontados e desmentissem a verdade: “Eles me pegaram primeiro porque eu era muito decidido. Quando perguntaram quem concordava com aquelas ações, fui logo me colocando contra, afirmando que estava na unidade para salvar e não matar.”

○ **Luiz Carlos Sarmento** e **Gabriel de Barros Nogueira**. Colaboraram: **Maria Luíza Silveira**, **João Ascânio** (SP) e **Sandra Menezes** (MT)

## Matar na paz era preciso

José Geraldo de Lima, 46 anos, segundo-sargento e hoje oficial da reserva da Força Aérea, entrou em 1960 na segunda turma de pára-quedismo na equipe de salvamento. No dia da missa do estudante Edson Luís, morto por um militar no restaurante do Calabouço, no Rio, ele e seus companheiros foram convocados, por ordem do então brigadeiro Lebre, para uma missão na capital carioca. “Foi aí que tudo começou — diz ele. — O major Lessa, que estava no comando do Pára-Sar, ordenou que fôssemos à paisana, armados e, se possível, sem identidade. Isso nos causou certa estranheza. Perguntamos ao major Lessa qual era o problema. ‘Vamos fazer um patrulhamento — disse ele. — Se atirarem alguma coisa dos edifícios, subam, identifiquem o cara e venham embora.’ Eu perguntei: Liquidada o cara? ‘É — respondeu ele — mais ou menos isso.’ Depois de muito quebracabeça, voltamos para o QG-3 e vários colegas reclamaram. Éramos uma equipe de salvamento fazendo repressão, à paisana, como agentes secretos. Os capitães Sérgio, Santos e Guarany, que comandavam o Pára-Sar, também estranharam e foram falar com o brigadeiro Itamar Rocha, nosso diretor operacional. Ele nos disse que não seríamos mais empregados nesse tipo de missão. Continuamos nossas tarefas normais, até que um dia foi-nos comunicado pelo major Lessa que o brigadeiro Burnier tinha feito uma reunião avisando que teríamos que executar missões especiais. Quem não estivesse interessado que pegasse o chapéu e fosse embora. Burnier disse que, para matar na guerra, era preciso matar na paz, com mão firme e gosto de sangue na boca. E que nossas mãos não tremessem como as dos pára-quedistas do Exército, quando foram liquidar o ‘cachorro’ do Carlos Lacerda. Era dizer sim ou não. O capitão Sérgio respondeu que não. Foi afastado, junto com outros. Nunca ouvi dentro do Pára-Sar comentário sobre o extermínio de políticos. Mas houve comentários de que Burnier queria estourar o gasômetro do Rio. Não fiquei do lado da cúpula. Voltei-me para o lado legal da coisa. Fui transferido para me ‘esfriarem’. Minha família foi ameaçada e eu acabei fugindo para a Escola de Pára-Quedismo de Guaratinguetá. Muita gente até hoje não sabe o que houve direito. O Burnier era um louco. Somente um louco nos desejaria boa sorte numa missão de matar inocentes e explodir metade da cidade”. ○

gar em casa, às 22h, um oficial do gabinete do ministro estava esperando por ele, com o ato de sua exoneração e uma ordem de prisão domiciliar por dois dias. Durante três anos, de 1968 a 1971, ficou em disponibilidade. Apesar de possuir excelente folha de serviços, não foi promovido a tenente-brigadeiro, último posto da Aeronáutica. Foi perseguido e preterido. O brigadeiro, hoje com 76 anos, não se arrepende do que fez e, se fosse preciso, faria novamente. Em sua casa, no Grajaú (Rio), ele faz uma revelação: “Os envolvidos no Caso Pára-Sar, os mandantes, fizeram um pacto de não falar à imprensa.” Coincidentemente, todos os mandantes do caso procurados pela reportagem estavam para viajar ou em viagem.

— Foi uma das páginas mais negras de nossa história. Ninguém tem o direito de mandar matar ou cometer tantas atrocidades. Quando tomei conhecimento do fato, fiz um requerimento ao ministro e somente dois meses depois ele me respondeu, dizendo que eu fora ludibriado pelo capitão Sérgio. Eu, como subordinado do Ministro Márcio de Souza e Mello, fui apurar a verdade porque achava que os acontecimentos estavam sendo escondidos. E quem podia me contar a verdade? Somente aqueles que tinham participado das tais reuniões. Agi dentro do princípio da lealdade, repito. Se o capitão Sérgio estivesse mentindo seria punido, mas o ministro precisava saber de tudo. Depois da sindicância, descobri onde a verdade estava. Antes de terminar as investigações, porém, o ministro mandou que eu parasse com os meus trabalhos, mas eu continuei, pois a sindicância mandada fazer pelo gabinete do ministro só tinha gente dele e do Burnier. Eu queria mostrar que o ministro estava sendo enganado por esse grupo. Eu achava que o brigadeiro Márcio Souza e Mello não era senhor da situação. Depois que lhe enviei o resultado das minhas investigações, a minha opinião mudou. Se o ministro estivesse agindo com correção não teria me exonerado no dia seguinte.

Para o brigadeiro Itamar Rocha, todos os ex-integrantes do Pára-Sar deveriam ser ressarcidos, principalmente os sargentos: “Eles sofreram demais. Foram humilhados e mostrados aos outros como se fossem criminosos, quando eram homens imbuídos do espírito de salvar vidas.” Ele lembra o capitão Santos, o Doc, que pulou de pára-quedas em alto-mar para operar o capitão de um navio que estava sofrendo uma crise de apendicite aguda, quase à morte. “Homens assim não se deixariam usar por pessoas com as idéias do Burnier.” ○